

ALEXANDRE FLEXA

Pós-graduado em Direito pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Coordenador do curso de pós-graduação em Direito Processual e Gestão Jurídica do Ibmec.

Professor dos cursos de pós-graduação em Direito Processual Civil da Fundação Getúlio Vargas - FGV, Ibmec, PCU-Rio e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

Advogado e *Coach* Jurídico.

DANIEL MACEDO

Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra.

Professor dos cursos de pós-graduação em Direito Processual Civil

do, Ibmec e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

Professor da UCAM, AMPERJ, FEMPERJ e FESUDEPERJ e do Curso Ênfase, Curso Forum, Defensor Público Federal no Rio de Janeiro.

FABRÍCIO BASTOS

Pós-graduado em Direito pela Universidade Veiga de Almeida.

Professor dos cursos de pós-graduação em Direito Processual Civil

do, Ibmec e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

Professor do Curso Forum, AMPERJ e FEMPERJ.

Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

**O que é inédito
O que mudou
O que foi suprimido**

2015



www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 - Pituba, CEP: 41830-151 - Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Faz: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gídi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Moura, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Layer Up Editorial (www.layerup.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial dessa obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

AGRADECIMENTOS	7
NOTA DOS AUTORES	13
PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	17
Título 1 ► PARTE GERAL	37
Capítulo 1 ► NORMAS FUNDAMENTAIS	39
1.1. Influência constitucional sobre o processo civil	39
1.1.1. Inserção principiológica no CPC/2015	39
1.2. Inércia e impulso oficial	41
1.2.1. As regras da demanda e do impulso oficial	41
1.3. Inafastabilidade da jurisdição	42
1.3.1. Acesso à justiça através da jurisdição e seus equivalentes.....	42
1.4. A duração razoável do processo	43
1.4.1. Significado de duração razoável do processo	43
1.4.2. Como calcular o prazo razoável de duração do processo?.....	44
1.5. Boa-fé processual	44
1.5.1. Princípio da boa-fé objetiva	45
1.6. Cooperação	46
1.6.1. A cooperação das partes com a atividade jurisdicional.....	46
1.7. Isonomia.....	47
1.7.1. Isonomia e tratamento desigual.....	47
1.8. Dignidade da pessoa humana e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e eficiência.....	47
1.9. Contraditório.....	48
1.9.1. Contraditório como binômio, trinômio ou quadrinômio?.....	48
1.10. Fundamentação das decisões judiciais.....	50
1.11. Ordem cronológica das decisões	50
Capítulo 2 ► JURISDIÇÃO E AÇÃO	53
2.1. Fim da categoria “condições da ação”?.....	54
Capítulo 3 ► DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	57
3.1. Da competência internacional concorrente. Positivação de novas causas. Ação de alimentos internacional, relação de consumo e submissão à jurisdição nacional	58
3.2. Da competência internacional exclusiva. Positivação de “novas” causas.....	60
3.3. Litispendência internacional	60
3.4. Foro de eleição em contrato internacional	61
Capítulo 4 ► DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	63
4.1. Conceito e fundamentos.....	65
4.2. Positivação de regras sobre a cooperação jurídica internacional	68

4.3. A autoridade central	68
4.4. Objeto da cooperação jurídica internacional	69
4.5. Auxílio direto	69
4.6. Carta rogatória	70
Capítulo 5 ► DA COMPETÊNCIA INTERNA	73
5.1. Conceitos e fundamentos	81
5.2. Previsão legal expressa das fontes normativas sobre as regras de fixação de competência	81
5.3. Previsão expressa da competência da justiça federal em razão da pessoa e o descolamento dos autos do processo	81
5.4. Positivização no CPC/2015 de novas regras sobre a competência territorial.	82
5.4.1. Competência territorial. Execução fiscal	82
5.4.2. Competência territorial. A União, o Estado e o Distrito Federal como autores ou réus	83
5.4.3. A supressão do foro de domicílio da mulher casada e as novas regras que o substituíram....	84
5.4.4. Foro de domicílio do idoso	85
5.4.5. Foro do lugar da serventia notarial ou de registro para ação de reparação de dano	85
5.4.6. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos	86
5.5. Das causas de modificação da competência	86
5.5.1. Conexão e continência. A introdução de novas regras	86
5.5.2. Prorrogação convencional da competência. Foro de eleição	88
5.6. A distribuição como um único critério de identificação do juízo prevento	89
5.7. Da alegação e do reconhecimento da incompetência do órgão judicial	90
5.7.1 A incompetência relativa. Forma, momento, consequências e legitimidade para se alegar	90
5.8. O conflito de competência	91
5.8.1. Anulação de títulos extraviados ou destruídos - art. 100, III, do CPC/1973	91
5.8.2. Regra sobre competência sobre as ações acessórias	91
Capítulo 6 ► DA COOPERAÇÃO NACIONAL	93
Capítulo 7 ► OS DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES	97
7.1. Os sujeitos do processo	99
7.2. Dever de manter atualizado o endereço residencial e profissional	99
7.3. Vedação à inovação ilegal sobre o bem ou direito em litígio	100
7.4. Sanções às partes e procuradores por descumprimento dos seus deveres	100
7.5. Boa-fé processual	102
Capítulo 8 ► DO LITISCONSÓRCIO	103
8.1. Considerações iniciais	104
8.2. O litisconsórcio multitudinário. Ampliação das hipóteses que determinam o seu reconhecimento.	105
8.3. Enfim, o acerto dos conceitos de litisconsórcio necessário e unitário	106
8.4. Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado	108
8.5. Afastamento da sobreposição de fundamentos para o litisconsórcio facultativo	109
Capítulo 9 ► DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	111
9.1. Considerações iniciais	117
9.2. Das disposições comuns à assistência simples e litisconsorcial e do procedimento	117
9.3. Da assistência simples e litisconsorcial	118
9.4. Da denunciação da lide	118
9.4.1. Significado	118
9.5. Obrigatoriedade e hipóteses de cabimento	119
9.6. Possibilidade do oferecimento de apenas uma denunciação da lide sucessiva	120
9.7. Inovações no procedimento	120

SUMÁRIO

9.7.1. Momento para o oferecimento da denúncia da lide	120
9.7.2. Reafirmação pelo legislador da condição de litisconsorte do denunciado	120
9.7.3. Consequências das reações do denunciado citado.....	121
9.7.4. Responsabilidade solidária entre o denunciante e o denunciado perante o autor da ação primitiva	121
9.7.5. A sentença e os honorários de sucumbência	122
9.8. Do chamamento ao processo.....	122
9.8.1. Oposição	123
9.8.2. Nomeação à autoria	123
9.8.3. Supressão de um dos fundamentos da denúncia à lide	124
9.9. <i>Amicus curiae</i>	124
9.10. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica - IDPJ.....	125
9.10.1. Consideração da personalidade jurídica: a teoria da autonomia patrimonial.....	126
9.10.2. A desconconsideração da personalidade jurídica.....	127
9.10.3. Desconconsideração inversa da personalidade jurídica.....	128
9.10.4. Procedimento da desconconsideração da personalidade jurídica.....	128
9.10.4.1. Legitimidade para instauração do incidente.....	128
9.10.4.2. Momento de instauração do IDPJ	129
9.10.4.3. Fases defensiva, probatória e decisória no IDPJ	131
9.10.4.4. Consequências da instauração do IDPJ.....	131
Capítulo 10 ► DOS PODERES DO JUIZ.....	133
10.1. Considerações gerais.....	135
10.2. Poder geral de efetivação.....	135
10.3. Dilação de prazos processuais	136
10.4. Alteração da ordem da produção das provas	136
10.5. Poder de polícia	137
10.6. Determinação de comparecimento pessoal das partes.....	137
10.7. Saneamento dos vícios e irregularidades processuais.....	138
10.8. Intimação dos legitimados coletivos sobre a existência de demandas repetitivas.....	139
10.9. Princípio da indeclinabilidade	141
10.10. Princípio da identidade física do juiz	142
10.11. Desnecessidade de proferimento de sentença para obstar fins indevidos das partes	142
Capítulo 11 ► DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO	143
11.1. Considerações gerais.....	146
11.2. Conceito de imparcialidade, suspeição e Impedimento.....	146
11.3. Momento processual para alegação dos vícios da parcialidade e prazo.....	146
11.4. Hipóteses de impedimento	147
11.5. Hipóteses de suspeição.....	148
11.6. Procedimento de alegação dos vícios da parcialidade	148
11.6.1. Vícios da parcialidade dos membros do Ministério Público	150
Capítulo 12 ► DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL	153
12.1. Considerações gerais.....	154
12.2. Intervenção como <i>custus iuris</i>	155
12.3. Ações Fazendárias e participação do Ministério Público.....	157
12.4. Ônus e poderes do Ministério Público como órgão interveniente.....	159
12.5. Prerrogativas processuais de prazo.....	159
12.6. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público.....	160
12.7. Da invalidade processual decorrente da ausência de intimação do Ministério Público.....	161

Capítulo 13 ► ADVOCACIA PÚBLICA	163
13.1. Definição de advogado público	163
13.2. Prerrogativas dos advogados públicos	164
Capítulo 14 ► DEFENSORIA PÚBLICA	165
Capítulo 15 ► DOS ATOS PROCESSUAIS	169
15.1. Ampliação legislativa dos processos que devem tramitar sob sigilo de justiça	175
15.2. A proposta brasileira sobre os negócios jurídicos processuais no CPC/2015	175
15.3. Do processo eletrônico	178
15.4. Dos pronunciamentos do juiz. Alterações conceituais necessárias	181
15.4.1. Sentença	181
15.4.2. Decisão interlocutória	181
15.5. Do tempo e do lugar dos atos processuais	182
15.5.1. Considerações iniciais	184
15.5.2. Dispensa de autorização judicial para certos atos processuais, previsão de horário para prática do ato processual em meio eletrônico e o sábado como feriado para efeitos forenses	184
15.6. Dos prazos	185
15.6.1. Prazos legais, judiciais e supletivos	191
15.6.2. Contagem, curso contínuo e suspensão do prazo	191
15.6.3. Prazo para o juiz, serventuário advogados e partes	194
15.6.4. Da verificação dos prazos e das penalidades	195
15.7. Da comunicação dos atos processuais	195
15.7.1. Disposições gerais sobre comunicação dos atos processuais	208
15.7.2. Inovações sobre a citação	208
15.7.2.1. Definição, indispensabilidade da citação para validade do processo, reconhecimento da nulidade e efeitos da citação	209
15.7.2.2. Comunicação da sentença de mérito proferida antes da citação do réu, citação da pessoa jurídica de direito público e do mentalmente incapaz	210
15.7.2.3. Citação efetivada pelo escrivão ou chefe de secretaria, citação em processo eletrônico e na ação de usucapião de bem imóvel	211
15.7.2.4. Citação postal de pessoal jurídica, nos condomínios ou nos loteamentos com controle de acesso, novos requisitos para o mandado de citação	212
15.7.2.5. Invocações no regramento da citação com hora certa e por edital	213
15.8. Procedimento edital	214
15.9. Das cartas	214
15.10. Das intimações	215
15.11. Das nulidades	217
Título 2 ► TUTELA PROVISÓRIA	219
Capítulo 1 ► DA TUTELA PROVISÓRIA	221
1.1. Considerações iniciais	222
1.2. Tutela provisória	223
1.3. Isenção de custas	224
1.4. Provisoriedade e temporariedade	224
1.5. Poder geral de efetivação	226
1.6. Natureza jurídica da decisão que aprecia o requerimento de tutela provisória	227
1.7. Natureza jurídica da cognição judicial exercida	228
1.8. Critério funcional horizontal de competência	229

SUMÁRIO

1.9. Concessão ex officio	230
1.10. Cooperação jurídica internacional	231
1.11. Tutela provisória em desfavor da Fazenda Pública	231
Capítulo 2 ► DA TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR.....	233
2.1. Considerações gerais	234
2.2. Irreversibilidade do provimento provisório.....	234
2.3. Caução.....	235
2.4. Liminar e justificação prévia	235
2.5. Medidas cautelares típicas e poder geral de efetivação.....	235
2.6. Responsabilidade objetiva no plano processual.....	236
Capítulo 3 ► DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE.....	237
3.1. Considerações gerais	238
3.2. Deferimento da tutela antecipada antecedente – consequências	239
3.3. Indeferimento da tutela antecipada antecedente – consequências	240
3.4. Estabilidade da tutela antecipada antecedente.....	241
3.5. Revisão judicial da estabilidade.....	242
Capítulo 4 ► DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	245
4.1. Considerações gerais	247
4.2. Fungibilidade	247
4.3. Citação.....	248
4.4. Revelia e seus efeitos.....	248
4.5. Procedimento e possibilidade de aplicação do procedimento comum	249
4.6. Cessação da eficácia da medida cautelar.....	250
4.7. Coisa julgada material	250
Capítulo 5 ► DA TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	251
5.1. Considerações gerais	252
TÍTULO 3 ► PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	259
Capítulo 1 ► DISPOSIÇÕES GERAIS.....	261
1.1. Processo e procedimento.....	261
1.2. A Unidade procedimental e o princípio da adaptabilidade.....	262
1.3. Procedimento sumário.....	263
Capítulo 2 ► PETIÇÃO INICIAL.....	265
2.1. Requisitos da petição inicial	265
2.1.1. Estrutura da petição inicial	266
2.1.2. O requerimento de citação do réu.....	267
2.2. Pedido	268
2.2.1. O pedido e sua interpretação.....	270
2.2.2. Cumulação imprópria de pedidos	271
2.2.3. “Cumulação de ações”.....	271
2.2.4. Pedido genérico decorrente de ato ou fato ilícito.....	272
2.2.5. Pedido de imposição de multa nas obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa.....	273
Capítulo 3 ► INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	275
3.1. Causas de indeferimento da petição inicial.....	276
3.2. Indeferimento em ações que discutam contratos de empréstimo, financiamento e alienação de bens	276

3.3. Causas de indeferimento da petição inicial.....	277
3.4. Improcedência liminar do pedido	278
3.5. Audiência de conciliação e de mediação.....	281
3.5.1. Conciliação e mediação.....	282
3.5.2. Procedimento da audiência de conciliação ou mediação.....	283
3.6. Contestação	283
3.6.1. A nova resposta do réu.....	287
3.6.2. Termo a quo do prazo para oferecimento da resposta	287
3.6.3. Novas preliminares ao mérito na contestação.....	288
3.6.4. A nova “nomeação à autoria”	289
3.6.5. Efeitos da alegação de incompetência	289
3.6.6. Ônus da impugnação especificada dos fatos	290
3.7. Reconvenção.....	290
3.7.1. Conceito e natureza jurídica da reconvenção.....	290
3.7.2. Reconvenção e ampliação subjetiva da demanda	291
3.8. Providências preliminares.....	292
3.9. Julgamento conforme o estado do processo	293
3.9.1. Extinção do processo por proibição ou por desnecessidade de análise do mérito	294
3.9.2. Julgamento antecipado do mérito	294
3.9.3. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	295
3.9.4. Saneamento e organização do processo	297
3.10. Audiência de instrução e julgamento (AIJ)	300
3.10.1. Adiamento da AIJ.....	303
3.10.2. Alegações finais escritas	303
3.10.3. Documentação da AIJ em arquivos de áudio e vídeo.....	304
3.10.4. Fixação dos pontos controvertidos	304
3.10.5. Tentativa de conciliação	305
3.10.6. Manifestação do oponente.....	305
Capítulo 4 ► DAS PROVAS	307
4.1. Teoria geral das provas	307
4.1.1. A prova emprestada.....	309
4.1.2. A distribuição do ônus da prova: dinamizar X inverter	310
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova no curso do processo	312
4.1.4. Imposição de sanção por não colaboração com o processo	312
4.2. Produção antecipada de prova em processo autônomo.....	312
4.2.1. Produção antecipada de prova.....	314
4.2.2. Arrolamento de bens não-construtivo e justificação em processo autônomo.....	314
4.3. Ata notarial.....	315
4.4. Depoimento pessoal	316
4.4.1. Atualização dos meios de colheita da prova	317
4.4.2. Casos de depoimento não obrigatório.....	317
4.5. Confissão	318
4.5.1. Conceito de confissão	319
4.5.2. Confissão no regime da separação total de bens	320
4.5.3. Ineficácia da confissão feita por incapaz.....	321
4.5.4. Irrevogabilidade da confissão.....	321
4.6. Exibição de documento ou coisa.....	321
4.6.1. Meios coercitivos para provocar a exibição	324
4.6.2. Prazo para resposta na demanda incidental de exibição.....	324
4.6.3. Escusas para a exibição	324
4.7. Prova documental.....	324

SUMÁRIO

4.7.1. Força probante dos documentos	324
4.7.1.1. Autenticidade dos documentos.....	329
4.7.1.2. Autenticidade de fotografias digitais e extraídas da internet e de e-mail's.....	330
4.7.2. Arguição de falsidade de documento	330
4.7.2.1. Procedimento da arguição de falsidade de documento.....	331
4.7.3. Produção da prova documental	332
4.7.4. Documentos eletrônicos.....	335
4.7.4.1. Documento eletrônico.....	335
4.8. Prova testemunhal.....	335
4.8.1. Admissibilidade e valor da prova testemunhal	335
4.8.1.1. Extinção do sistema da prova legal nos contratos de valor até 10 salários mínimos ..	338
4.8.1.2. Suspeitos para testemunhar.....	338
4.8.2. Produção da prova testemunhal	338
4.9. Prova Pericial.....	344
4.10. Inspeção judicial	350
Capítulo 5 ► Sentença e Coisa Julgada.....	353
5.1. Disposições gerais	353
5.1.1. A nova visão do conteúdo da sentença.....	355
5.1.2. As sentenças que não apreciam o mérito da causa	355
5.1.3. O novo prazo para dar andamento ao processo.....	356
5.1.4. Novas matérias cognoscíveis de ofício	356
5.1.5. O prazo para desistência da ação	356
5.1.6. Extinção do processo por abandono depende de requerimento do demandado	357
5.1.7. A ampliação do efeito regressivo da apelação.....	357
5.1.8. As sentenças que resolvem o mérito da causa	357
5.1.9. Primazia do mérito	358
5.1.10. A confusão entre autor e réu	358
5.1.11. A possibilidade de ajuizar ação idêntica novamente	358
5.2. Elementos e efeitos da sentença	359
5.2.1. A fundamentação da sentença.....	362
5.2.2. Resolução de antinomias	363
5.3. Remessa necessária.....	364
5.3.1. Novas causas de exclusão do reexame necessário.....	365
5.4. Coisa julgada	366
5.4.1. Coisa julgada sobre questões prejudiciais.....	367
Título 4 ► CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	369
Capítulo 1 ► LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	371
1.2. Desnecessidade de liquidação para realização de cálculos aritméticos.....	374
1.3. Requerimento do devedor	375
1.4. Liquidação por arbitramento.....	375
1.5. Liquidação pelo procedimento comum. Liquidação por artigos	375
1.6. Audiência na liquidação por arbitramento	376
1.7. Vedação de proferimento de sentença ilíquida no procedimento sumário.....	376
1.8. Cabimento de agravo por instrumento.....	376
Capítulo 2 ► DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	379
2.1. Considerações gerais	382
2.2. Necessidade de requerimento.....	383
2.3. Necessidade de intimação do devedor executado.....	383

2.4. Princípio do vínculo subjetivo ao título executivo	386
2.5. Competência para efetivação do cumprimento de sentença	386
2.6. Protesto da decisão judicial transitada em julgado	388
2.7. Títulos executivos judiciais	388
2.8. Possibilidade de arguição de vícios pelo devedor nos próprios autos e exceção de pré-executividade	389
2.9. Aplicação subsidiária aos demais procedimentos	390
Capítulo 3 ► DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA	391
3.1. Considerações gerais	393
3.2. Impugnação ao cumprimento provisório	393
3.3. Aplicação de multa no cumprimento provisório	394
3.4. Comparecimento voluntário tempestivo e depósito	394
3.5. Dispensa da caução	394
Capítulo 4 ► DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	397
4.1. Considerações gerais	402
4.2. Necessidade de requerimento do exequente para início do procedimento	402
4.3. Necessidade de intimação do devedor executado	403
4.4. Comparecimento espontâneo do devedor	404
4.5. Desnecessidade de requerimento do credor para expedição de mandado de penhora e avaliação	405
4.6. Requerimento do credor com valor excessivo. Controle ope iudicis	405
4.7. Impugnação ao cumprimento de sentença	406
4.8. Fato e ato executivo supervenientes ao momento processual da impugnação e exceção de pré-executividade	409
4.9. Coisa julgada inconstitucional	410
4.10. Arquivamento pela inércia do credor	412
4.11. Artigo 475-M, §3º CPC/1973	413
Capítulo 5 ► DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	415
5.1. Considerações gerais	417
5.2. Alimentos decorrentes da prática de ato ilícito	418
5.3. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	419
5.4. Critério funcional horizontal de competência. Foros concorrentes	421
5.5. Desconto em folha de pagamento	422
Capítulo 6 ► DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	425
6.1 Considerações gerais	427
6.2. Adoção do procedimento sincrético	428
6.3. Necessidade de requerimento do exequente para início do procedimento	428
6.4. Necessidade de intimação do devedor executado	429
6.5. Impugnação ao cumprimento de sentença	429
6.6. Fato e ato executivo supervenientes ao momento processual da impugnação	431
6.7. Coisa julgada inconstitucional	432
6.8. Expedição de precatório e requisição de pequeno valor	434
Capítulo 7 ► DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER	437
7.1. Considerações gerais	438
7.2. Deveres de fazer e não fazer não obrigacionais	439

SUMÁRIO

7.3. Litigância de má-fé e crime de desobediência	440
7.4. Impugnação	440
7.5. Desnecessidade de requerimento do credor	441
7.6. Multa periódica	441
7.7. Conversão em perdas e danos	442
Capítulo 8 ► DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	443
8.1. Considerações gerais	443
Título 5 ► PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	447
Capítulo 1 ► DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	449
1.1. Considerações gerais	452
1.2. Medidas necessárias para efetivação da tutela jurisdicional	453
1.3. Cumulação de demandas possessória e petitoria	454
1.4. Litisconsórcio multitudinário nas demandas possessórias	454
1.5. Dispensa de caução para o hipossuficiente econômico	456
1.6. Resposta do réu	456
1.7. Litígio coletivo	456
Capítulo 2 ► DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	461
2.1. Considerações gerais	463
2.2. Hipóteses de cabimento	463
2.3. Possibilidade de intimação de terceiro interessado no oferecimento dos embargos – intervenção iussu iudicis	464
2.4. Competência nos casos de ato construtivo praticado através de carta	464
2.5. Legitimidade passiva	465
2.6. Prestação de caução pelo terceiro embargante – ope iudicis	465
2.7. Aplicação do procedimento comum	465
2.8. Embargos de terceiro nas ações de divisão ou de demarcação	465
2.9. Embargos sobre todos os bens e suspensão do processo	465
Capítulo 3 ► DA OPOSIÇÃO	467
3.1. Alteração da natureza jurídica do instituto	468
3.2. Processamento da oposição	468
Capítulo 4 ► DAS AÇÕES DE FAMÍLIA	469
4.1. Unificação dos procedimentos das ações de família	470
4.2. Solução consensual da controvérsia como diretriz	470
4.3. Finalidade da citação	471
4.4. Intervenção do Ministério Público	471
4.5. Indispensabilidade da equipe técnica	471
Capítulo 5 ► DA AÇÃO MONITÓRIA	473
5.1. Considerações gerais	475
5.2. Ampliação do conceito de título injuntivo como base para ação monitória	476
5.3. Requisitos da petição inicial	477
5.4. Procedimento	477
5.5. Ação monitória contra a Fazenda Pública	478
5.6. Parcelamento ou moratória	478
5.7. Defesa na ação monitória	479

5.8. Litigância de má-fé	481
Capítulo 6 ► DA COSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	483
6.1. Alteração de prazo	485
6.2. Extinção do processo sem resolução do mérito	485
6.3. Necessidade de liquidação para a sentença de improcedência	486
6.4. Irrelevância da revelia para fins de declaração de extinção da obrigação	486
Título 6 ► PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	487
Capítulo 1 ► PROCESSO DE EXECUÇÃO – PARTE GERAL	489
1.1. Considerações gerais	491
1.2. Poder do juiz	491
1.3. Ato atentatório à dignidade da justiça	492
1.4. Desistência da execução	492
Capítulo 2 ► DAS PARTES.....	493
2.1. Considerações gerais	494
2.2. Fiador judicial	494
2.3. Figura do responsável	494
2.4. Sucessão processual e necessidade de consentimento	495
Capítulo 3 ► DA COMPETÊNCIA	497
3.1. Considerações gerais	498
3.2. Critério territorial de competência	498
3.3. Critério de competência na execução fiscal	499
3.4. Atos do oficial de justiça e limite territorial	499
3.5. Inscrição do devedor em cadastro de inadimplente.....	500
Capítulo 4 ► TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	501
4.1. Considerações gerais	502
4.2. Faculdade na propositura da execução	503
4.3. Rol exemplificativo dos títulos executivos extrajudiciais	503
4.4. Seguro de vida em caso de morte	504
4.5. Norma do artigo 585, VI CPC/73	504
4.6. Dicotomia entre execução provisória e definitiva.....	504
Capítulo 5 ► DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO	507
5.1. Desnecessidade de liquidação	507
5.2. <i>Exceptio non adimpletcontractus</i>	508
Capítulo 6 ► DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	509
6.1. Considerações gerais	511
6.2. Alienação fraudulenta de bens	512
6.3. Desconsideração da personalidade jurídica, fraude de execução e responsabilidade patrimonial...513	513
6.4. Terceiro adquirente	514
6.5. Benefício <i>excussionis personalis</i>	514
6.6. Direito de superfície e responsabilidade patrimonial	515
Capítulo 7 ► DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO	517
7.1. Considerações gerais	520
7.2. Ação de execução e requisitos da inicial.....	521

SUMÁRIO

7.3. Necessidade de intimação dos eventuais interessados para garantir a eficácia da alienação dos bens .	521
7.4. Averbação em registro público.....	522
7.5. Obrigações alternativas.....	522
7.6. Interrupção da prescrição.....	522
7.7. Decretação de nulidade de ofício e exceção de pré-executividade.....	523
7.8. Menor onerosidade do executado e ônus do executado.....	524
Capítulo 8 ► DA EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	525
8.1. Da execução para entrega de coisa certa.....	525
8.1.1. Depósito como garantia do juízo para oferecimento de embargos.....	526
8.1.2. Levantamento da coisa depositada.....	527
8.2. Da entrega de coisa incerta.....	527
8.2.1. Liquidação imprópria e concentração da obrigação.....	527
8.2.2. Prazo para impugnação da escolha.....	528
Capítulo 9 ► DA EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO	529
9.1. Da execução da obrigação de fazer.....	529
9.1.1. Fixação de multa no recebimento da inicial.....	530
9.1.2. Ampliação do prazo para o credor terminar a prestação ou a repará-la à custa do contratante.....	531
9.1.3. Aplicação subsidiária.....	531
9.2. Da obrigação de não fazer.....	531
9.2.1. Considerações gerais.....	531
9.2.2. Aplicação do procedimento de execução por quantia certa.....	533
Capítulo 10 ► DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA – DISPOSIÇÕES GERAIS	535
10.1. Usufruto.....	535
Capítulo 11 ► DA CITAÇÃO DO DEVEDOR E DO ARRESTO	537
11.1. Honorários advocatícios.....	539
11.2. Certidão da admissão da execução, averbação e presunção de fraude à execução.....	539
11.3. Desnecessidade da segunda via do mandado de citação.....	540
11.4. Indicação pelo executado de outros bens sem a necessidade de intimação.....	541
11.5. Arresto executivo e conversão em penhora.....	541
11.6. Arresto executivo on-line antes da citação do devedor.....	542
11.7. Citação por hora certa e por edital.....	542
Capítulo 12 ► DA PENHORA, DO DEPÓSITO E DA AVALIAÇÃO	545
12.1. Do objeto da penhora.....	545
12.1.1. Considerações gerais.....	547
12.1.2. Impenhorabilidade.....	548
12.1.3. Ordem preferencial da penhora.....	550
12.1.4. Ausência de bens penhoráveis.....	550
12.2. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	551
12.2.1. Atuação do Conselho Nacional de Justiça na formalização da penhora.....	553
12.2.2. Da preferência de depósito.....	553
12.2.3. Formalização da penhora e intimação do executado.....	553
12.2.4. Necessidade de intimação do cônjuge do executado nos casos de penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel.....	554
12.2.5. Penhora sobre bem indivisível.....	554
12.2.6. Presunção absoluta do conhecimento de terceiros acerca da formalização da penhora ou do arresto.....	554
12.2.7. Depósito em mãos de particular.....	555

12.2.8. Possibilidade de decretação da prisão civil do depositário infiel.....	555
12.3. Do lugar de realização da penhora.....	556
12.3.1. Penhora de veículos automotores.....	557
12.3.2. Auto de ocorrência de desobediência ou resistência.....	557
12.4. Das modificações da penhora.....	558
12.4.1. Substituição da penhora.....	560
12.4.2. Necessária oitiva da parte contrária.....	560
12.4.3. Redução e ampliação da penhora.....	561
12.4.4. Ampliação das hipóteses de alienação antecipada do bem penhorado.....	561
12.5. Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira – penhora on-line.....	561
12.5.1. Indisponibilidade dos ativos financeiros do devedor executado.....	563
12.5.2. Indisponibilidade <i>inaudita altera pars</i>	564
12.5.3. Manifestação do executado.....	564
12.6. Da penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas.....	565
12.6.1. Considerações gerais.....	566
12.6.2. Procedimento.....	567
12.6.3. Administrador para liquidação.....	567
12.6.4. Sociedade anônima de capital aberto.....	567
12.6.5. Leilão judicial.....	567
Capítulo 13 ► DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS – ADJUDICAÇÃO.....	569
13.1. Necessidade de intimação do executado.....	571
13.2. Penhora de quotas sociais.....	571
13.3. Lavratura do auto de adjudicação.....	571
13.4. Penhora de bem hipotecado.....	572
13.5. Penhora nos casos de falência ou insolvência.....	572
13.6. Alienação frustrada.....	572
Capítulo 14 ► DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO.....	573
14.1. Vedação para levantamento e liberação em plantão judiciário.....	574
14.2. Substituição do mandado de levantamento.....	574
14.3. Usufruto.....	575
14.4. Desnecessidade de realização da audiência.....	575
14.5. Direito de prelação no concurso singular de credores.....	575
Capítulo 15 ► DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	577
15.1. Considerações gerais.....	577
15.2. Ampliação da execução contra a Fazenda Pública.....	578
15.3. Aplicação subsidiária das regras do cumprimento de sentença.....	578
15.4. Fato e ato executivo supervenientes ao momento processual da impugnação.....	579
15.5. Coisa julgada inconstitucional.....	579
15.6. Expedição de precatório e requisição de pequeno valor.....	582
Capítulo 16 ► DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	585
16.1. Considerações gerais.....	586
16.2. Procedimento.....	586
16.3. Desconto em folha de pagamento.....	587
Capítulo 17 ► DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO.....	589
17.1. Considerações gerais.....	593
17.2. Forma de contagem do prazo.....	594
17.3. Rejeição liminar dos embargos.....	595

SUMÁRIO

17.4. Tutela provisória para concessão de efeito suspensivo	595
17.5. Parcelamento ou moratória	595
17.6. Audiência em sede de embargos à execução	596
17.7. Embargos à adjudicação ou arrematação ou de segunda fase	596
Capítulo 18 ► DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO	597
18.1. Considerações gerais.....	598
18.2. Ausência de requerimento de adjudicação ou indicação de outros bens	598
18.3. Concessão do parcelamento.....	598
18.4. Arquivamento da execução, suspensão da prescrição e reconhecimento da prescrição.....	599
18.5. Suspensão da execução e vedação para prática de atos processuais.....	600
Capítulo 19 ► DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	603
19.1. Considerações gerais.....	603
19.2. Indeferimento da inicial da execução.....	604
19.3. Prescrição intercorrente	604
Título 7 ► PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	605
Capítulo 1 ► DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	607
1.1. Objeto da ação rescisória.....	611
1.2. Hipóteses de cabimento da ação rescisória	612
1.3. Ação anulatória.....	612
1.4. Legitimidade	613
1.4.1. Ministério Público	613
1.4.2. Nova hipótese de legitimidade para a propositura de ação rescisória.....	614
1.5. Inovações quanto ao procedimento	614
1.6. Novas regras sobre o prazo bienal decadencial	615
Capítulo 2 ► O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	617
2.1. Consolidação de um subsistema processual próprio para o tratamento das ações repetitivas com o advento no CPC/2015.....	621
2.2. Origens do instituto no direito comparado.....	622
2.3. Aplicação (de lege ferenda) do incidente de resolução de demandas repetitivas pelo Superior Tribunal de Justiça.....	622
2.4. Panorama geral do instituto.....	624
2.4.1. Requisitos para instauração do incidente	624
2.4.2. Legitimidade para requerimento do incidente.....	626
2.4.3. Competência para processo e julgamento.....	627
2.4.4. Suspensão dos processos pendentes pela admissibilidade do incidente	630
2.4.5. Desistência do Incidente	634
2.4.6. Natureza jurídica do procedimento	634
2.4.7. Natureza jurídica da decisão proferida.....	635
2.5. Consequências processuais do incidente de resolução de demandas repetitivas	636
2.6. Incidente de resolução de demandas repetitivas e o processo coletivo	636
2.6.1. Microsistema da tutela coletiva.....	636
2.6.2. O incidente de resolução de demandas repetitivas, os direitos individuais homogêneos e coletivização das demandas	639
2.6.3. Sistema do fair notice and right to opt in or out aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos	643
2.6.4. Consequência da aplicação prática deste incidente no microsistema da tutela coletiva.....	644

Capítulo 3 ► DOS RECURSOS	647
3.1. A desistência do recurso modelo não impede a análise da questão de fundo.....	652
3.2. Regras inéditas sobre o prazo e seu termo inicial	653
3.3. As novas regras sobre o preparo	654
3.4. Diminuição do número de recursos. Supressão do agravo na modalidade retida e dos embargos infringentes	656
3.4.1. Agravo retido	656
3.4.2. Embargos infringentes	656
Capítulo 4 ► APELAÇÃO	659
4.1. Impugnação das decisões interlocutórias não preclusas e ampliação do efeito devolutivo da apelação.....	662
4.2. Processamento da apelação no tribunal e poderes do relator.....	664
4.3. Previsão expressa do efeito devolutivo (sem suspensividade) para apelação que tem por objeto a sentença que revoga ou concede originariamente a tutela provisória	664
4.4. Requerimento de efeito suspensivo sobre a apelação dirigido ao relator ou ao tribunal	665
4.5. Teoria da causa madura. Ampliação das hipóteses de cabimento	665
4.6. Súmula impeditiva de recursos no primeiro grau de jurisdição	666
Capítulo 5 ► AGRAVO DE INSTRUMENTO	667
5.1. Previsão expressa das decisões interlocutórias que poderão ser alvejadas pelo recurso de agravo de instrumento. Supressão do agravo retido	671
5.2. Regularidade formal. A petição do agravo de instrumento e a previsão legal de novas peças obrigatórias na formação do instrumento.....	672
5.3. Previsão e concentração em um único dispositivo legal dos meios de interposição do agravo de instrumento	673
5.4. Possibilidade de complementação das peças que instruem o agravo de instrumento	673
5.5. Comunicação ao juízo sobre a interposição do agravo de instrumento.....	674
5.6. Poderes do relator	674
Capítulo 6 ► AGRAVO INTERNO	677
6.1. Ampliação das hipóteses de cabimento do agravo interno.	678
6.2. Previsão de contrarrazões para o recurso	678
6.3. Dupla sanção. Imposição de multa e condição para interposição de outro recurso, inclusive para a Fazenda Pública e o beneficiário da assistência judiciária.....	679
Capítulo 7 ► EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	681
7.1. Pronunciamentos judiciais embargáveis. Previsão de cabimento contra qualquer decisão judícia ..	683
7.2. Ampliação dos vícios embargáveis. O erro material	683
7.3. Omissão. Detalhamento das decisões omissas	684
7.4. Regularidade formal, prazo para interposição e julgamento	684
7.5. Previsão e disciplina legal expressa sobre o efeito infringente	684
7.6. Inovações sobre o julgamento dos embargos de declaração. Fungibilidade recursal.....	685
7.7. Superação do entendimento do STF e STJ sobre a necessidade de ratificação do recurso interposto antes da publicação do acórdão.....	685
7.8. Prequestionamento	686
7.9. Efeitos dos embargos de declaração.....	687
7.10. Embargos de declaração protelatórios.....	687
7.11. Alteração da disciplina dos embargos de declaração no âmbito do juizado especial	688
7.12. Alteração da disciplina dos embargos de declaração no código eleitoral	688

SUMÁRIO

Capítulo 8 ► DO RECURSO ORDINÁRIO.....	691
Capítulo 9 ► DO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	695
Capítulo 10 ► DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	711
10.1. Considerações sobre o novo procedimento do recurso especial e extraordinário.....	712
10.2. Hipóteses de cabimento do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	713
Capítulo 11 ► DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	715
11.1. Objetivo	716
11.2. Acórdão embargável.....	716
Anexo 1 ► Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis FPPC.....	719
BIBLIOGRAFIA.....	757